

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT11.007

MATRICIAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA DA UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - COLÉGIO DE APLICAÇÃO UFCG

Tania Lucia de Araujo Queiroz¹
Taíssa Santos de Lima²
Glacy Jane de Negreiros Fernandes³

RESUMO

Neste resumo apresentamos a experiência vivenciada com o Matriciamento realizado durante o Acompanhamento Terapêutico Pedagógico (ATP) realizado por alunas do Curso de Psicologia (UFCG), na condição de Acompanhantes Terapêuticas Pedagógicas (ATPs) e as docentes do grupo 5, turno tarde, durante o atendimento às crianças, na faixa etária de 5 anos de idade, com deficiência e/ou neurodivergentes, matriculadas na Unidade Acadêmica de Educação Básica - UAEB-CAP/UFCG, no ano letivo de 2024. O termo Matriciamento é utilizado na área da saúde, principalmente na Atenção Básica e é um conceito extremamente importante, voltado para o apoio matricial dos cuidados colaborativos em rede. Ele foi adaptado para o Acompanhamento Terapêutico Pedagógico realizado na UAEB-CAP/UFCG com o objetivo de promover às docentes momentos de estudo teórico, estudos de caso, reflexão e

- 1 Mestra em Educação Matemática e Tecnológica - Universidade Federal de Campina Grande - PB, tania.lucia@professor.ufcg.edu.br;
- 2 Mestra em Educação - Universidade Federal de Campina Grande - PB, taisantoslima@gmail.com;
- 3 Especialista em Educação Infantil - Universidade Federal de Campina Grande - PB, glacy.jane@professor.ufcg.edu.br;

sugestões de adaptação de propostas de atividades e vivências que seriam realizadas com as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O Matriciamento aconteceu uma vez por semana, no turno oposto ao da sala de referência com a participação das duas docentes e das três ATPs. Metodologicamente, este estudo insere-se na tipologia de relato de experiência, uma vez que se tomou para análise as experiências vivenciadas durante os encontros de Matriciamento. Para embasamento teórico utilizamos os estudos de Campos (1999), as cartilhas divulgadas pelo Ministério da Saúde sobre a temática, a Lei nº 12.764/2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e a Lei nº 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. As reverberações desse acompanhamento para o desenvolvimento da prática docente apontam para os seguintes resultados: ampliação da cooperação entre o trabalho desenvolvido pelas docentes e pelas ATPs, potencialização das atividades pedagógicas-terapêuticas propostas para as crianças, bem como a ampliação dos conhecimentos sobre o TEA e sobre as neurodivergências.

Palavras-chave: Matriciamento, Educação Infantil, Inclusão.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende apresentar a experiência vivenciada com o Matriciamento durante o Acompanhamento Terapêutico Pedagógico realizado por alunas do Curso de Psicologia (UFCG), na condição de Acompanhantes Terapêuticas Pedagógicas (ATPs) e as docentes do grupo 5, turno tarde, durante o atendimento às crianças, na faixa etária de cinco anos de idade, com deficiência e/ou neurodivergentes, matriculadas na Unidade Acadêmica de Educação Básica – UAEB-CAP/UFCG, no ano letivo de 2024. Além disso, tem como objetivo apresentar o conceito de matriciamento no contexto da Educação Infantil e suas contribuições para a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Ao longo dos anos, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, tem se voltado para a política de educação inclusiva visando a transformação e implementação de diretrizes e ações para reorganizar os serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Entretanto, percebemos que ainda há a necessidade de aprimoramento nos processos de inclusão escolar, que garantam as condições necessárias para atender às necessidades de cada aluno, respeitando suas especificidades.

Considerando que a educação inclusiva tem como objetivo criar condições para um ambiente escolar que valorize a diversidade e promova a participação efetiva dos alunos com deficiência, transtornos ou quaisquer outras condições que demandem adaptações para o processo educativo é importante que o ambiente educacional seja transformado em um espaço acolhedor e adaptado para todos que estão matriculados, desenvolvendo respeito e empatia entre os alunos, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva (Brasil, 2015).

Os dispositivos legais que regulamentam a Educação Inclusiva garantem o exercício de direitos, as condições de igualdade e promovem a inclusão social e cidadania das pessoas com deficiência, entre os quais destacamos: a Lei N° 12.764/2012 denominada a Lei do Autismo (Brasil,

2012), que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando a pessoa com TEA, para efeitos legais, como pessoa com deficiência; Lei Nº 13.146/2015 (Brasil, 2015) conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Lei Nº 14.254/2021 (Brasil, 2021) que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos que apresentem algum transtorno de aprendizagem.

Entre os direitos declarados, destacamos algumas diretrizes e/ou princípios fundamentais da Educação Inclusiva expressos na Lei Nº 14.254/2021 que trata sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem, conforme destaca o artigo 3º da referida Lei.

Art. 3º Educandos com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem que apresentam alterações no desenvolvimento da leitura e da escrita, ou instabilidade na atenção, que repercutam na aprendizagem devem ter assegurado o acompanhamento específico direcionado à sua dificuldade, da forma mais precoce possível, pelos seus educadores no âmbito da escola na qual estão matriculados e podem contar com apoio e orientação da área de saúde, de assistência social e de outras políticas públicas existentes no território (BRASIL, 2021).

Neste sentido, a coordenação administrativa da UAEB/CAp preocupada em garantir a todas as crianças uma educação de qualidade e inclusiva em consonância com o que preconiza os dispositivos legais, buscou em 2023 junto às autoridades da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e, em especial, a uma professora do curso de Psicologia/UFCG, a realização de uma parceria que possibilitasse aos alunos deste curso, na condição de estágio supervisionado não-obrigatório, ações para atender *a priori* as crianças matriculadas que tinham laudo de TEA. Ampliando posteriormente para crianças com outras especificidades como: Síndrome de Down, Mielomeningocele, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) entre outras.

A partir da parceria com o curso de psicologia da UFCG, foi realizada por meio de edital a seleção para estudantes de Psicologia que desejassem atuar na função de Acompanhante Terapêutico Pedagógico (ATP) sob a orientação de uma professora do curso de psicologia e supervisão da equipe docente da UAEB/CAP.

A princípio, as/os estudantes de psicologia selecionados passaram a realizar as intervenções com as crianças partindo das observações e conforme as orientações passadas pela orientadora do estágio supervisionado não-obrigatório, sendo responsáveis também pela elaboração semestral de relatório individual de cada criança acompanhada e apoio às docentes na construção dos Planos Educacionais Individualizados (PEI).

No decorrer do estágio, o trabalho desenvolvido foi ampliado para além das intervenções individuais com as crianças, sendo necessário também realizar estudos teóricos com sobre as especificidades de cada criança, contribuindo para a adaptação das vivências e propostas pedagógicas desenvolvidas pelas docentes.

Os encontros para estudos realizados com as ATPs e as docentes passou a ser denominado de “matriciamento”, termo que foi sugerido pela professora orientadora do estágio supervisionado não-obrigatório com a mesma conotação do termo usado na área da saúde. O termo Apoio Matricial ou Matriciamento, utilizado principalmente na Atenção Básica, é um conceito extremamente importante, voltado para os cuidados colaborativos em rede.

Neste sentido, a terminologia “apoio matricial” foi adaptada para o termo “matriciamento” para se referir aos encontros de formação realizados entre as ATPs e as docentes da UAEB/CAP, com o objetivo de promover momentos de estudos teóricos e estudos dos casos das crianças acompanhadas, estabelecendo os vínculos e as responsabilidades mútuas.

Para aprofundar a compreensão da metodologia de Apoio Matricial foi necessário a realização de pesquisa bibliográfica em artigos publicados, em português, nas bases de pesquisa de periódicos da CAPES e Scielo sobre o tema. Um dos artigos publicados realizou uma revisão

integrativa da produção nacional sobre a metodologia de Apoio Matricial, abrangendo estudos empíricos e de revisão teórico-metodológica. A revisão integrativa apresentada por Castro e Campos (2016) compõe a pesquisa de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP.

Na pesquisa realizada por Castro e Campos (2016) foram identificados artigos que abordaram: a fundação e consolidação do conceito de Apoio Matricial; a revisão sobre o Apoio Matricial e outros que discutiam o conceito de Apoio Matricial. Esses autores, consideraram que as publicações evidenciaram o Apoio Matricial como uma

proposta inovadora e importante para a transformação do modelo assistencial. Entretanto, para atingir seus objetivos é necessária a superação de alguns impasses, vários ligados diretamente à implementação de suas diretrizes e outros à superação de problemas estruturais do SUS (CASTRO e CAMPOS, 2016, p. 455).

O Apoio Matricial é uma metodologia para organizar o trabalho interprofissional, tanto em equipes quanto em redes de atenção à saúde, conforme descreve Campos (1999). “Esta metodologia objetiva a construção de corresponsabilidade no cuidado em saúde entre equipes multiprofissionais e profissionais apoiadores especialistas” (CASTRO e CAMPOS, 2016, 456).

Essa metodologia vem sendo estudada e discutida por estudiosos em diferentes âmbitos da área da saúde, sendo considerada em alguns artigos publicados como proposta inovadora, enquanto em outras publicações é algo ainda em construção, que vem sendo implantada de modo variado em território nacional pelo Sistema Nacional de Unidades Básicas de Saúde (CAMPOS, 1999).

Gastão Wagner de Sousa Campos, um dos precursores desses estudos da área da saúde, propôs um novo arranjo organizacional para o trabalho nessa área, ampliando o conceito de equipe de referência e reelaborando o conceito de organização matricial do trabalho nos serviços de saúde, tendo como base dois conceitos: equipe de referência e apoio especia-

lizado matricial. Campos (1999) considera que a potência deste modelo está em personalizar e desburocratizar as relações interprofissionais, valorizando as diretrizes de vínculo terapêutico, gestão colegiada e transdisciplinaridade das práticas e saberes.

Para Castro e Campos (2016, p.473)

O Apoio Matricial visa ao compartilhamento de saberes através da instituição de uma relação interdisciplinar. Contudo, percebem-se ainda situações em que as ações de matriciamento são centradas em apenas algumas categorias profissionais (médicos, enfermeiros e psicólogos), e isso acaba fortalecendo a prevalência de um único saber em detrimento do leque ampliado de saberes que compõem as equipes de saúde.

Tomando como ponto de partida o conceito de Apoio Matricial identificado nos artigos estudados, enquanto compartilhamento de saberes numa perspectiva interdisciplinar, é notório a necessidade da inclusão de algumas categorias profissionais para ampliarem os saberes que são importantes para o Matriciamento realizado na UAEB/Cap, a exemplo de nutricionista, fonoaudiólogo, entre outras.

Mesmo assim, consideramos relevante a proposta de Matriciamento realizada no ano de 2024, uma vez que possibilitou-nos repensar e transformar o processo do trabalho pedagógico, assim como as intervenções e as mediações feitas pelas ATPs, em relação às propostas e vivências realizadas pelas docentes, com as crianças com TEA.

METODOLOGIA

O estágio supervisionado não-obrigatório que aconteceu na Unidade Acadêmica de Educação Básica (UAEB-Cap), uma instituição pública vinculada à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que atende crianças da comunidade em geral, com idades entre 2 anos a 5 anos e 11 meses, as quais ingressam na instituição por meio de processo seletivo público (sorteio) e são organizadas em salas de referência, de acordo com a faixa etária.

A experiência aqui relatada foi vivenciada em 2024 no grupo 5, turno tarde, composto por dezoito crianças, das quais cinco apresentavam características diferentes em relação ao desenvolvimento global e interação social.

Neste grupo havia duas docentes regentes e três ATPs que davam o suporte necessário para o bem-estar das crianças atípicas por meio da mediação, a fim de facilitar o processo de inclusão delas. Entre as suas funções pode-se destacar: ajudá-las em suas dificuldades de aprendizagem ou socialização, bem como para o seu desenvolvimento pedagógico e social de modo que promova a autonomia dessas crianças.

Dessas cinco, duas já estavam matriculadas na UAEB há pelo menos três anos e três não haviam frequentado escola regular anteriormente, mas eram acompanhadas por vários especialistas: pediatra, neuropediatra, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo e outros quando necessário.

Descrito o campo da pesquisa, é preciso mencionar que nosso estudo insere-se na tipologia de relato de experiência, uma vez que se tomou para análise as experiências vivenciadas durante os encontros de Matriciamento. O Matriciamento era realizado uma vez por semana, no turno oposto ao da sala de referência, com duração de duas horas, para estudos dos casos, reflexões e sugestões para adaptação de propostas pedagógicas e vivências que eram realizadas com as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os encontros aconteceram no segundo semestre de 2024, de julho a dezembro, de forma presencial às terças-feiras, e quando necessário, realizamos encontros de forma remota via Google Meet.

A proposta de realização do Matriciamento com as docentes partiu da necessidade de aprofundar o conhecimento teórico, metodológico e dos aspectos psicológicos para promover a inclusão das crianças com TEA, tendo em vista as dificuldades e os desafios que surgiam no cotidiano escolar, a exemplo da adaptação da rotina da sala de referência, da interação com colegas e professoras, da adequação das propostas de atividades, das intervenções, mediações e regulação de cada criança.

Ao iniciar o acompanhamento terapêutico pedagógico, as ATPs realizaram a fase de investigação da criança que iriam acompanhar, por meio de laudos médicos, conversas com familiares e relatórios psicopedagógicos. Ao mesmo tempo, realizaram a observação participante da criança, tanto na sala de referência como nos demais espaços da escola, favorecendo a vinculação afetiva dos ATPs com essas crianças e permitindo a avaliação dos processos psicológicos básicos da criança, com base nos marcos do desenvolvimento infantil.

De acordo com Brandão (2007) a observação participante é uma abordagem qualitativa, a qual se baseia na integração do pesquisador ao meio social de atuação. Desse modo, a observação participante tinha a finalidade de entender as demandas e necessidades para uma atuação que atendesse as especificidades apresentadas pelas crianças a serem acompanhadas.

Nesse sentido, a observação participante contribuiu para que as ATPs conhecessem as singularidades não apenas da criança que ela acompanharia, mas também, as singularidades do grupo no qual ela estava inserida, observando como a criança interagia nesse grupo, as relações com seus pares, com as docentes e demais adultos no contexto da escola. Essa observação favorecia a construção do vínculo afetivo com a criança.

Um dos pilares fundamentais na atuação do ATP é o processo de vinculação afetiva, conforme destacam Mendes, Farias e Oliveira (2023). Diante disso, a relação entre ATP e criança é essencial para a construção de uma “aliança terapêutica”, tornando o vínculo indispensável para as propostas de mediação e de intervenção. A construção do vínculo afetivo é de fundamental importância para a formação da interação social, bem como para o estabelecimento e fortalecimento da relação dos sujeitos no processo educacional e de ensino e aprendizagem da criança autista.

A partir da observação participante, as ATPs sugeriam adaptações à proposta pedagógica elaborada pelas professoras regentes, bem como orientavam-nas em relação aos comportamentos disruptivos que pudessem emergir no cotidiano da sala de referência. Assim, surgiu a proposta

de realizar momentos de estudos e reflexão sobre a prática docente tendo como base os conhecimentos pedagógicos e articulados com os conhecimentos da psicologia, os quais foram denominados de Matriciamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência proporcionada pelos encontros de matriciamento em conjunto com o trabalho realizado pelas docentes e ATPs, contribuiu para a inclusão das crianças com TEA na UAEB/CAp, uma vez que, durante os encontros era possível refletir, dialogar e organizar as adaptações necessárias, bem como a construção de recursos e escolha de materiais que seriam utilizados durante as intervenções com as crianças e tendo o objetivo de tornar as propostas e vivências acessíveis para todos.

No primeiro encontro de matriciamento as acompanhantes terapêuticas pedagógicas (ATPs) fizeram a apresentação do DSM-5 que consiste em um Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, sendo uma ferramenta fundamental para o diagnóstico e classificação de transtornos mentais, publicada pela Associação Americana de Psiquiatria (APA).

O estudo do referido documento permitiu compreender a classificação dos níveis de suporte, identificando as características de cada nível e como realizar as intervenções de forma adequada, respeitando a singularidade de cada criança, sem limitar o desenvolvimento das suas potencialidades.

A opção por utilizar este documento no início dos encontros de matriciamento, se deu pelo fato de no ano de 2024 termos em nossa sala de referência, 5 crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em diferentes níveis de suporte e com diferentes formas de se comunicar dentro do espectro.

No segundo encontro, foi apresentada uma cartilha explicativa elaborada por estagiários do curso de Psicologia sobre a função dos ATPs e os principais dispositivos legais que tratam sobre a inclusão, que fun-

damentam e norteiam o trabalho desenvolvido no acompanhamento pedagógico.

Para o terceiro encontro foi indicada a leitura do livro: “O reizinho autista: guia para lidar com comportamentos difíceis” dos autores Mayra Gaiato e Gustavo Teixeira (2018). Com foco na reflexão dos capítulos sobre a definição de autismo, comportamento, comportamentos inadequados e rotina. As leituras auxiliaram no estudo e na mediação de um dos casos específicos de TEA do grupo de referência.

Dando continuidade aos estudos, foi sugerida a leitura do trabalho de conclusão de curso de Especialização intitulado: “Autismos e o olhar centrado na pessoa”, monografia de especialização, de Gisella Mouta Fadda, publicada em 2013, para refletirmos sobre o autismo infantil e conhecer biografias de pessoas com TEA e seu desenvolvimento da infância à fase adulta.

O quadro 1, apresenta uma síntese dos encontros realizados para o matriciamento dos casos. As reflexões realizadas nesses encontros de matriciamento contribuíram de forma significativa, para a nossa prática docente ampliando nossos estudos sobre a temática do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e diversificando as possibilidades para tornar as propostas e vivências mais inclusivas. Deste modo, além de fazer a indicação de materiais para estudo dos casos acompanhados, as ATPs conduziam a discussão teórica acerca dos casos matriciados e colaboraram também com os encaminhamentos e escrita dos Planos Educacionais Individualizados (PEIs), juntamente com as docentes.

Quadro 1 - Encontros iniciais de Matriciamento

1º Encontro	Estudo do DSM-5
2º Encontro	Estudo da cartilha sobre o papel dos ATPs, elaborada pelas estagiárias de psicologia.
3º Encontro	Estudo de texto extraído do livro: O reizinho autista: guia para lidar com comportamentos difíceis de Mayra Gaiato e Gustavo Teixeira
4º Encontro	Estudo do trabalho de conclusão de Curso intitulado: Autismos e o olhar centrado na pessoa, monografia de Gisella Mouta Fadda.

5º Encontro	Estudo de propostas para adaptação dos planejamentos, construção e organização da rotina
6º Encontro ao último encontro	Encaminhamento e escrita dos PEIs, adaptação dos planejamentos diários, organização de materiais, escrita dos relatórios de acompanhamento e organização de cronograma para reuniões individuais com as famílias das crianças acompanhadas.

Fonte: Arquivo pessoal das docentes, 2024.

Conforme mostra o quadro supracitado, os estudos teóricos por meio dos materiais selecionados pelas ATPs permitiram a aquisição de conhecimentos específicos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista para que pudéssemos refletir sobre as adaptações e estratégias necessárias para a condução da prática docente com as crianças com TEA no grupo de referência.

O trabalho articulado entre a pedagogia e a psicologia na construção dos PEIs foi de extrema relevância para a estruturação das adaptações no planejamento docente de acordo com as necessidades específicas de cada criança, em cumprimento ao que está proposto no artigo 28, inciso VII, da Lei Nº 13. 146, de 6 de julho de 2015, garantindo o direito da criança ter o seu PEI.

No artigo 28, destacam-se as incubências do poder público no sentido de

Art. 28. [...] “assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar”:

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva; (BRASIL, 2015).

As reflexões que aconteceram durante os encontros contemplaram: a construção e adaptação da rotina diária (considerando os hiperfocos como aliados), condução de crises, regulação emocional, seletividade alimentar, interação social com as demais crianças do grupo de referência e em outros ambientes e espaços da unidade escolar. Além disso, possibilitaram que as docentes selecionassem materiais pedagógicos adequados

para atender a cada especificidade, assim como adaptassem outros materiais, tempos e espaços para realização das atividades com cada criança.

Ressalta-se aqui, a importância de estabelecer uma rotina visual para que as crianças no espectro possam se orientar e se preparar para os momentos da escola, visando a antecipação das ações e garantindo a previsibilidade, junto a um planejamento de atividades que considerem suas potencialidades e possibilidades cognitivas e sensoriais (Machado, 2019).

A exemplo disso, a partir das primeiras observações realizadas pelas ATPs na sala de referência e dos encontros de matriciamento com as docentes, a organização da rotina visual foi imprescindível para que as crianças com TEA compreendessem como o tempo de cada proposta seria vivenciado no contexto escolar. A adaptação e apresentação da rotina possibilitava a previsibilidade para a criança autista, favorecendo que esta participasse de todos os momentos propostos ao grupo.

Conforme destaca Machado (2019, p. 111) garantir a previsibilidade para crianças com TEA, juntamente com um planejamento adequado das propostas, “ajudam no atenuamento significativo de comportamentos disruptivos, como crises ou desregulações emocionais, comumente consequentes de uma má adaptação ao espaço escolar”.

Ainda dentro dessa busca de incluir essas crianças na rotina escolar, refletimos sobre aspectos relacionados ao hiperfoco delas. O conceito de “hiperfoco” surge como “potencial ferramenta facilitadora no processo de ensino-aprendizagem de estudantes autistas e refere-se à capacidade de concentração intensa e prolongada em um determinado interesse ou atividade”, conforme esclarecem Nascimento e Santos (2025, p. 6).

Para estes autores, é importante reconhecer e direcionar o hiperfoco da criança de maneira intencional, a fim de envolver e criar um ambiente flexível e inclusivo, permitindo que ela explore seus interesses enquanto se mantém conectada aos objetivos educacionais (2025, p.6).

Por exemplo, uma das crianças com TEA gostava de um determinado desenho e tinha hiperfoco em uma das personagens principais, considerando isto a ATP responsável pelo seu acompanhamento propôs a

confeção de um quadro de rotina baseado na rotina da sala de referência, contendo as figuras da sua personagem favorita em todas as placas correspondentes às atividades e vivências do dia.

Outra criança tinha o hiperfoco em carrinhos, então, foram elaboradas algumas atividades com figuras de carrinhos, a exemplo da ficha para escrita do próprio nome, atividades de coordenação motora com pistas em diferentes pontilhados, fichas com escrita dos algarismos, entre outras.

Nas atividades de desenho e pintura foi utilizado o lápis tipo jumbo, a fim de facilitar a pega do lápis e por sua vez, contribuir com o desenvolvimento da coordenação motora. Nesses momentos, pode-se observar um envolvimento maior na proposta diminuindo a ansiedade por perceber o traçado na folha de papel.

Durante as propostas de pintura, percebeu-se a presença de hipersensibilidade sensorial de algumas crianças em relação ao toque na tinta guache. Elas demonstravam desconforto quando a tinta entrava em contato com a pele, ou até mesmo quando sujava a roupa com a tinta. Diante dessa situação, foi sugerida a utilização de diferentes tipos de pincéis, rolinhos para pintura, hastes flexíveis (cotonete), esponjas sintéticas e bucha vegetal. Destes materiais, o rolinho de pintura teve a melhor aceitação pelas crianças.

Um aspecto que merece destaque refere-se à seletividade alimentar de algumas crianças, em que foram escolhidas estratégias para ampliar a variedade de alimentos consumidos durante o lanche oferecido no lanche da escola. Entre as estratégias destacamos a apresentação do alimento para a criança, a oportunidade de tocar e sentir a sua textura, organizar os agrupamentos das crianças nas mesas conforme as preferências delas. Deste modo, de forma gradativa algumas crianças iam se permitindo provar novos alimentos e passaram a consumir determinado alimento que até então não fazia parte de suas preferências alimentares.

Na dinâmica escolar, mesmo com a elaboração de um planejamento diário, ressaltamos que no âmbito do espaço e tempo da escola, está

sujeito a acontecer mudanças, tendo em vista o caráter flexível do planejamento escolar. Nesse sentido, concordamos com Barbosa (2006) ao afirmar que

As rotinas são dispositivos espaço-temporais e podem, quando ativamente discutidas, elaboradas e criadas por todos os interlocutores envolvidos na sua execução, facilitar a construção das categorias de tempo e espaço. A regularidade auxilia a construir as referências, mas ela não pode ser rígida, pois as relações de tempo e espaço não são a priori nem únicas, sendo preciso construir relações espaço-temporais diversas (BARBOSA, 2006, p. 203).

Diante do caráter diverso das relações espaço-temporais, as mudanças que surgiam no cotidiano da sala de referência, tornavam-se desafiadoras para as crianças com TEA, podendo culminar no aumento da ansiedade e gerando desregulação emocional.

Isto também era percebido quando havia a quebra da rotina em casa, ou na volta para a escola depois do final de semana, ou quando eram contrariadas durante o trajeto de casa para a escola, ou tinham acesso às telas antes de entrar na sala de referência, ou até mesmo pelo cansaço devido a quantidade de terapias e estímulos recebidos no horário oposto ao da escola. Essas situações favoreciam com que elas, muitas vezes, já chegassem sonolentas, demonstrando maior irritabilidade e baixa tolerância à frustração.

Entre as estratégias para a regulação usávamos o acolhimento, o relaxamento, a leitura de histórias, escuta sensível da criança, ou até mesmo um passeio no parque da unidade. As ATPS com o conhecimento da psicologia, utilizavam diferentes estratégias para estimular a autorregulação. Por exemplo, no caso de uma criança que gostava do filme “Divertida Mente” ela passou a mostrar imagens relacionadas aos personagens do filme com as diferentes expressões faciais: de felicidade, de tristeza e de raiva, conversando sobre essas emoções. Como essa criança apreciava desenhar, foi estimulada a desenhar a personagem Alegria com o objetivo de desviar o foco das emoções negativas apresentadas pela criança.

Em relação às interações sociais, os encontros de matriciamento contribuíram para a ampliação do desenvolvimento das habilidades sociais, uma vez que eram pensadas estratégias que envolvessem todas as crianças do grupo, entre elas destacam-se: o momento das rodas de conversa, a leitura literária dos livros, empréstimo de livros na biblioteca.

As rodas de conversa realizadas, geralmente, no início da rotina, favoreceriam, além da interação entre as crianças, o respeito e a afetividade do grupo para com as crianças com TEA. No sentido de ampliar as vivências e a interação com as crianças de outros grupos do turno tarde, eram realizadas vivências coletivas, tais como: as culminâncias no final de cada mês, brincadeiras com bolhas de sabão, movibrincando, circuitos, pinturas coletivas, banho de bacia, entre outras.

As intervenções realizadas pelas ATPs com as crianças na sala de referência e em outros ambientes da escola visavam promover a autonomia da criança, auxiliar a relação delas com as professoras, com as outras crianças e demais profissionais da escola, levando em consideração as características individuais de cada uma e suas potencialidades.

Cada estratégia planejada e executada a partir do matriciamento envolveu abordagens terapêuticas baseadas em diferentes aspectos: comportamentais, de regulação emocional, de comunicação, de interação social, assim como do desenvolvimento global da criança.

De maneira geral, a experiência do Matriciamento no campo da Educação Infantil nos possibilitou alcançar resultados positivos na formação docente, bem como na inclusão das crianças com TEA, potencializando as atividades pedagógicas-terapêuticas propostas para as crianças, bem como, a ampliação dos conhecimentos sobre o TEA e as neurodivergências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência exitosa do Matriciamento realizado no ano de 2024, resultou em um curso de extensão promovido pela UAEB/Cap, a orien-

tadora do Estágio Supervisionado não-obrigatório e as/os ATPs, sobre Matriciamento em Inclusão Escolar, realizado no primeiro semestre de 2025.

Nos encontros foram realizados estudos de caso baseados nos acompanhamentos e vivências das salas de referência, que contemplaram além do TEA, discussões em torno dos seguintes temas: A criança atípica: o que pensam as crianças e as famílias sobre a deficiência; Matriciamento em Inclusão Escolar Caso 1: conhecendo a criança e a família; Transtorno do Espectro Autista; Matriciamento em Inclusão Escolar Caso 2: A criança com TEA; Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) versus Transtorno Opositor Desafiador (TOD); Matriciamento em Inclusão Escolar Caso 3: a criança com TDAH, Síndrome de Down (SD); Matriciamento em Inclusão Escolar Caso 4: a criança com SD, e por último, O Acompanhamento Terapêutico Pedagógico.

Consideramos que as possibilidades do Matriciamento na perspectiva inclusiva e pedagógica não se resumem neste trabalho. Deste modo, reiteramos a necessidade contínua de buscar cada vez mais metodologias que viabilizem a equidade e inclusão em espaços escolares, principalmente no âmbito da Educação Infantil, visto que temos pouco arcabouço teórico que traga contribuições em relação ao termo Matriciamento na escola. Vale destacar ainda a importância do ATP como mediador no processo pedagógico entre a criança acompanhada, docentes e demais crianças e profissionais da escola, desenvolvendo um atendimento terapêutico de impacto positivo para um processo de aprendizagem mais inclusivo.

Diante dos resultados e discussões aqui propostos/expostos, percebemos como as parcerias institucionais são positivas e como o estágio não obrigatório se tornou um campo aberto para que estagiários na função de ATPs e docentes buscassem juntos, meios de promoção da inclusão, esse novo campo de trabalho possibilitou a articulação entre o fazer da Psicologia e as práticas pedagógicas que acontecem na UAEB/CAP. Esperamos através desta publicação, fornecer dados que auxiliem pessoas que desejam conhecer mais o trabalho do ATP e sobre o Matriciamento na

educação, em específico, na educação infantil, que foi nosso foco aqui neste trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. 2012.**

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 04 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 04 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. **Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.**

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114254.htm. Acesso em: 04 out. 2025.

Barbosa, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2008. BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Rotinas na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo.** Revista Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 10, n.1, p. 11-27, jan/out, 2007.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. **Equipes de referência e apoio especializado matricial: um ensaio sobre a reorganização do trabalho em saúde.** Revista Ciência e Saúde Coletiva. 393-403, 1999. <https://doi.org/10.1590/S1413-81231999000200013> Acesso em: 17 out. 2025.

CASTRO, Cristiane P. de. & CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. **Apoio Matricial como articulador das relações interprofissionais entre serviços especializados e atenção primária à saúde.** Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 26 [2]: 455-481, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312016000200007> Acesso em: 17 out. 2025.

FADDA, Gisella Mouta. **Autismos e o olhar centrado na pessoa**. Orientador: Ana Maria Sarmiento Seiler Poelman. 2013. 61f. TCC (Especialização) - Curso de Psicologia, Especialização em Psicoterapia Humanista Fenomenológico/Existencial. Universidade da Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2013. Disponível em: <https://encontroacp.com.br/wp-content/uploads/2016/12/gisella.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

GAIATO, Mayra; TEIXEIRA, Gustavo. **O reizinho autista: guia para lidar com comportamentos difíceis**. 3ª edição. São Paulo: Editora nVersos, 2018.

MACHADO, G. D. S. **A importância da rotina para crianças autistas na educação básica**. Revista Gepesvida, v. 1, n. 9, p. 100-114, mai. 2019.

MENDES, Eirilânia Ferreira; FARIAS, Vanessa Martins; OLIVEIRA, Suenny Fonsêca. **Acompanhamento Terapêutico Pedagógico: Sistematização de um trabalho a partir do olhar da Psicologia**. IN: SOUZA, Rayffi Gumercindo Pereira de. Da creche ao colégio de aplicação: as crianças em cena há 45 anos na UFCG. 1 ed. Campina Grande: EDUFCEG, p. 297-314, 2023.

NASCIMENTO, Caroline Vitória Cabral; SANTOS, Thiago Rodrigo Fernandes da Silva. **O hiperfoco como recurso para promover aprendizagem e inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA): possibilidades no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco**. Anais de Evento Científico - XV Fórum Internacional de Pedagogia – XV FIPED, 2025.

OLIVEIRA, Suenny Fônseca. **Acompanhamento Terapêutico Pedagógico: Sistematização do Trabalho a partir do Núcleo de Saber da Psicologia**. Anais de Evento Científico - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, 2024.